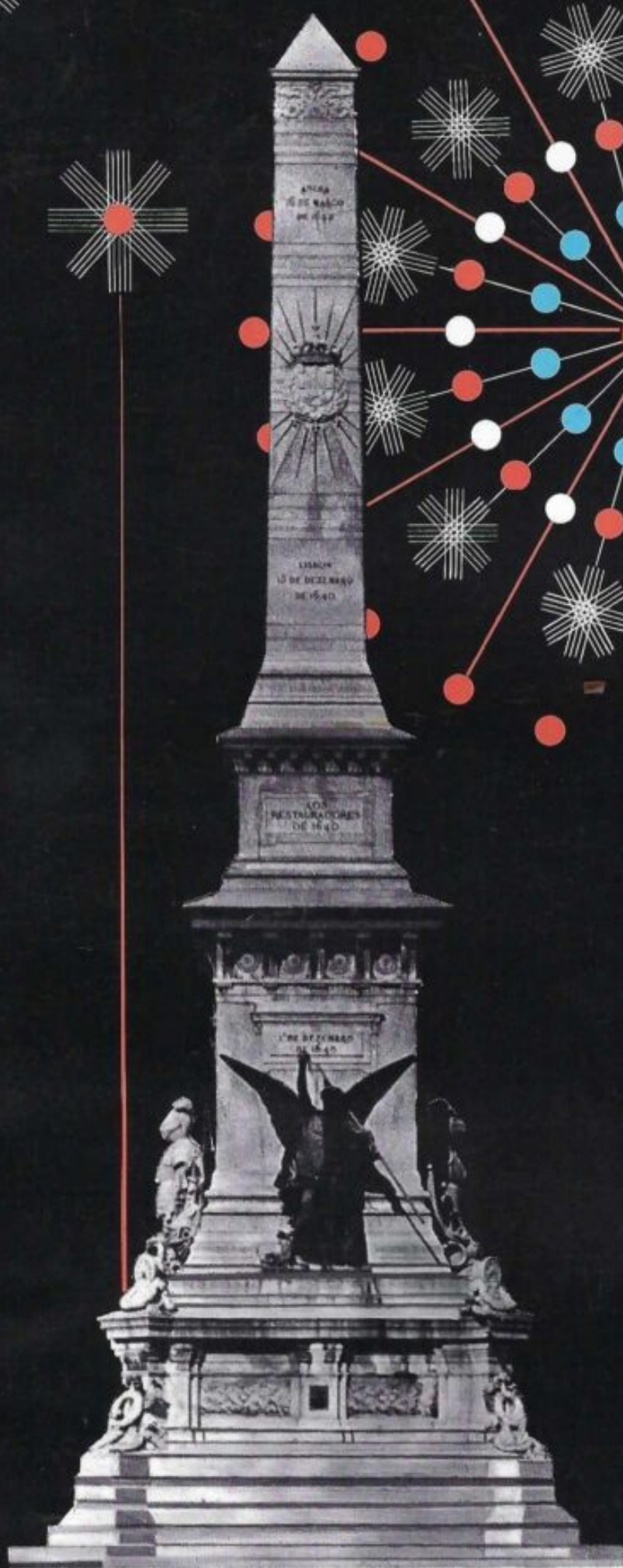




foi  
assim  
em  
1886

# Foi assim em 1886 – 100 anos do monumento dos Restauradores \*

Luísa Almeida e Sousa e Mário Gouveia

## 1. Do Passeio à Avenida, uma Avenida no Passeio

No dia 24 de Agosto de 1879 inauguraram-se solenemente os trabalhos de abertura da Avenida da Liberdade.

Iam já decorridos vinte anos desde que, em 1859, o vereador Júlio Máximo Pimentel sugerira à Câmara a abertura de uma larga artéria do Passeio do Rossio a S. Sebastião da Pedreira.

Embora estivesse ainda longe dos derradeiros momentos, o Passeio Público de Lisboa iniciava o final de uma elegante existência. Cento e cinco anos após a sua construção, esta verdadeira joia do lazer que os arquitectos pombalinos da reconstrução legaram à cidade prometia dar, ainda, muito que falar. Construído, a partir de 1764, nas antigas Hortas de Cera, o Passeio foi traço do arquitecto Reinaldo Manuel e conheceu durante os seus cento e dezoito anos de vida duas épocas claramente distintas. Na primeira, em que não passou de um espaço modesto e sem animação, tinha como disse Júlio de Castilho (1) «Ruas muito sombrias, banquetas de buxo simetricamente dispostas, pedestais com vasos e estátuas, em suma, um ar de quinta nobre que era uma delícia». Pouco concorrido, porém, o clássico Jardim Pombalino não resistiu às novas eras. Em 1834, no advento da era liberal, ele cede lugar a um novo espaço. É o Passeio da Lisboa romântica de D. Fernando II. Sob o risco do arquitecto Malaquias Leal, assessorado por uma comissão especial da Câmara, o Passeio Público renova-se: lagos, cascatas, estatuárias diversas povoam-no. Os antigos muros foram derrubados e em seu lugar construído um gradeamento.

Os melhoramentos, iniciados em 1836, concluíram-se dois anos mais tarde. Inauguraram-se no dia 4 de Abril de 1838, aniversário da Rainha D. Maria II.

É a época de ouro do Jardim Municipal. Ficaram célebres os bailes animados pelo professor Justino Soares, os concertos de Madame Aman e os fogos de artifício do pirotécnico José Rodrigues.

Mas a cidade romântica entrou em decadência e a sua expansão ao Norte chocava, naturalmente, com a manutenção do Jardim Público. Mais não restava para o Município do que demoli-lo.

Assim se abalançou a Câmara numa das obras de maior envergadura, mas também das mais polémicas jamais

levados da cabo na Cidade.

Mal se aventou a hipótese e logo «choveram» no Município protestos de toda a parte (2). Fialho de Almeida escreveu a propósito (3). «Apenas se falou em deitar abaixo as grades do Passeio, primeiro foi uma fúria, depois foi uma guerra, depois foi uma troça, (...) uns por causa do ripanço, outros por causa das sopeiras, outros por causa da música, o certo é que ninguém queria consentir no sacrifício do Passeio à Avenida.» Não opinou assim o Município. A 20 de Maio de 1863, decidiu a Vereação reunir-se à porta do Passeio para, com numeroso grupo de técnicos, dar início aos projectos do «boulevard».

Na sessão camarária de 3 de Junho de 1869 o Presidente, Visconde de Vila Maior, insistia para que rapidamente se desse início à obra.

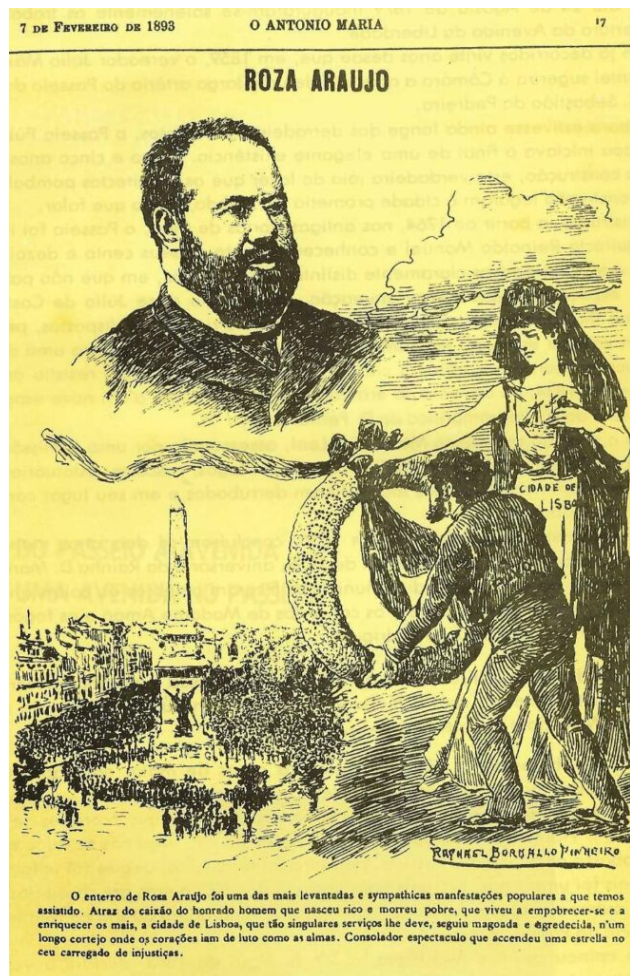
Um ano mais tarde, em 1870, o engenheiro Bartolomeu Dejanete apresentava o 1.º projecto. Quatro anos depois, novo plano era delineado, desta vez pelo arquitecto Domingos Parente. É, aliás, sobre este último que se vai desenvolver o projecto definitivo da nova artéria.

Durante os anos que mediam a apresentação do primeiro plano e o início das obras, pugnou o Município pela supressão dos inúmeros problemas com que deparou para a execução das suas decisões. De entre elas as expropriações a fazer, sobretudo a Norte do Passeio Público, eram os mais preocupantes. A grande quantidade de propriedades rústicas e urbanas a adquirir colidiam naturalmente com os parcos recursos do orçamento municipal.

No aspecto legal não houve grandes dificuldades, pois, a solicitação da Câmara acedeu o Governo fazendo aprovar uma nova lei de expropriações. O mesmo não aconteceu do ponto de vista financeiro. Como o dinheiro da edilidade não cobria os elevados gastos, não hesitou Rosa Araújo, numa atitude muito própria e sem antecedentes, em custeá-los dos seus próprios fundos (4).

Vinte e dois contos de réis ficou a Cidade a dever ao seu enérgico cidadão que, desde 1876, presidia aos destinos da Capital. E se a obra da Avenida se lhe não deve totalmente, não restam dúvidas que ao seu empenho se pode agradecer a execução de tão arrojado

empreendimento.



*O Enterro do Rosa Araújo - Rafael Bordalo Pinheiro*

• • • •

Mas voltemos ao Passeio Público.

Em 1878, iniciaram-se as demolições no topo Norte, exterior ao Passeio. Ali se situavam, na Rua do Salitre, dois dos mais reputados espaços de divertimento da Capital: os circos do Salitre e Price.

O primeiro inaugurou-se a 27 de Novembro de 1782 e nele se estrearam nomes como Joaquim de Almeida e António Pedro. O segundo abriu as suas portas a 11 de Novembro de 1860 e divertia o público com exposições de feras e zarzuelas.

Foi, rigorosamente, pelo circo Price que se iniciaram as expropriações e as demolições que, com um ou outro contratempo, prosseguiram em ritmo que se pode considerar satisfatório.

Desde 1875 erguia-se, ainda no interior do jardim, o monumento que a Comissão 1.º de Dezembro construía em homenagem aos heróis da Restauração de 1640. Em 1882, como a construção estivesse já adiantada, começou a Comissão a pressionar a Câmara para que esta demolisse o Passeio. A ideia era dar início às obras

de aformosamento da nova praça que no projecto do «boulevard» o antecedia e no centro da qual deveria ficar o Monumento.

Assim o entendeu o Município, pois, na sua sessão de 7 de Dezembro daquele ano, determinou que se apeasse o que restava do Jardim. A acção, porém, não foi pacífica. A sociedade lisboeta envolveu-se, então, em calorosas discussões sobre o assunto, de que a imprensa, sempre atenta, não deixou de se fazer eco. A verdade é que, se muitos não questionavam as vantagens da decisão municipal de construir a Avenida, nem todos corroboravam dela. Na própria Vereação a questão foi alvo de empoladas dissertações.

E se nunca se chegou a duvidar do empenho da Câmara em dar execução aos projectos, certo é que alguns Vereadores menos resolutos se mantinham numa atitude algo céptica, protelando até ao último momento possível a demolição do Passeio. Tal atitude foi decerto influenciada pelos inúmeros abaixo-assinados recebidos na Câmara, alguns dos quais com mais de duas mil assinaturas, entre as quais se encontravam as de conhecidos homens das letras e das artes portuguesas. Assim, a questão apaixonava a opinião pública, não podendo a Vereação alhear-se de tão dividido estado de espírito.

Nada, no entanto, demoveu o Município, da sua decisão. Num dia frio de Outubro de 1882, iniciou-se, enfim, a demolição do Passeio. Alguns grupos de opinião menos conformados ainda fizeram uma última tentativa de o impedir. Num curioso artigo publicado, em 1946, na Revista Municipal, conta-nos Jesuíno Ganhado que dirigiu os trabalhos da remoção do Jardim:

«Começamos o trabalho: os canteiros desconjuntando os lemes de espiga, as cábricas a armar-se, os cadernais a aplicar-se às cábricas e a juntar-lhe os cabos, etc. O arranque dos portões começou. Outros canteiros atacaram a demolição do lago sul da rua central a fim de se preparar o terreno para a construção do monumento aos Restauradores.

O trabalho ia seguindo, quando, subitamente, comecei a ouvir um certo ruído de vozes que se aproximava. O céu turvara-se e a tempestade começava. Eram manifestantes de punhos grossos, cerrados, que se dirigiam para mim. Tremi e recuei. Gritavam: - Vândalos sem consideração pelas nossas regalias, pelo nosso bem-estar: derrubar este encanto! Eram cada vez maiores os protestos; afastei-me, disse algumas palavras em voz alta: que estava a cumprir ordens, que era mandado! Uma voz salvadora se levantou e disse: - Não lhe façam mal, que ele, coitado, é mandado; não tem culpa. E a multidão invadiu o Passeio, ocupando os seus lugares habituais.» (5)

Para evitar mais conflitos o arvoredo era derrubado de noite e as maiores pernadas colocadas nas covas que se abriam. Dava assim aos transeuntes a impressão de que as árvores continuavam a existir. E só, quando não se

pode protelar por mais tempo a ilusão é que tudo foi transportado.

Para onde, foi assunto sobre o qual muitos historiadores se têm debruçado. Procuraremos esclarecer alguns dos factos.

A maior parte dos materiais do Passeio foram vendidos. Isso mesmo o atesta um orçamento, elaborado pela Repartição Técnica da Câmara, em que o engenheiro Ressano Garcia garante como fonte de financiamento da obra da Avenida os fundos provenientes, entre outros, das demolições do Passeio.

Porém, nem todos tiveram este destino. Parte dos vasos e dos bancos foram espalhados pelos jardins da Cidade. Os cisnes de pedra do lago Norte foram enviados para o Jardim da Estrela e os candeeiros da rua central para Setúbal.

O topo Norte do Passeio era rematado por uma magnífica cascata, obra ali colocada segundo o plano de melhoramentos de Malaquias Leal. Tratava-se de um pavilhão de pedra ladeado por duas escadarias que conduziam ao terraço. Sob este, na fachada interior, abriam-se três grutas cobertas de folhagem e plantas aquáticas. Na do centro podia admirar-se uma estátua da Deusa Anfitrite, obra do escultor Alexandre Gomes, famoso discípulo de Machado de Castro. Frente às grutas, num lago circular, havia dois cisnes, também de pedra e do mesmo autor, que pareciam nadar.

A cascata foi, talvez pelo seu volume, a última peça a abandonar o Passeio. Aliás, a sua demolição revestiu-se de alguns episódios que vale a pena recordar.

Na sessão camarária de 13 de Março de 1884, apresentou o Visconde de Corriche, Vereador do Pelouro dos Passeios e Arvoredos, um ofício, participando que o encarregado das obras da Avenida solicitava indicações acerca do destino a dar à cascata, bem como às estátuas do Tejo e do Douro. O assunto foi entregue aos cuidados da Repartição Técnica do Município. Na sessão de 3 de Abril, como aquela repartição não tivesse ainda respondido à solicitação, foi esta reforçada por proposta do Vereador Andrade. O texto desta sessão não deixa qualquer dúvida de que a cascata se mantinha ainda no

seu local original bem como as estátuas alegóricas atrás mencionadas.

Finalmente, na sessão de 24 de Abril, o Presidente apresentou um projecto de melhoramentos na Avenida, proposta pela Repartição Técnica. Nele se aventava a ideia de que as estátuas se deveriam manter no mesmo local, passando a fazer parte da nova artéria. Quanto à cascata, decidiu a Vereação, em votação nominal, que a mesma seria vendida em praça, bem como todos os acessórios que a compunham (terraço, escadas, urnas, estátuas e cisnes) pelo preço de cinco contos de réis, obrigando-se o arrematante a proceder à sua demolição. O concurso foi aberto a 26 de Maio de 1884, mas ninguém nele se mostrou interessado. Face à situação, determinou a Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital que a Câmara procedesse a suas expensas à demolição da cascata (6). Assim se fez. Por proposta do Vereador Andrade, decidiu-se, na sessão de 19 de Junho, que tal demolição se fizesse «com o maior cuidado possível, para não estragar nenhuma das peças daquela construção».

Tudo foi, então, removido para a Abegoaria, à excepção das grades do terraço que, por proposta do Vereador Leça da Veiga, se aproveitaram, para resguardar a escola Froebel, recém-inaugurada no Passeio da Estrela.

Quanto às estátuas alegóricas do Tejo e do Douro, como já se referiu, ficaram na Avenida. Desse parecer foi também a Comissão de Obras e Melhoramentos que, em 4 de Agosto, aprovou o «Plano Estético da Avenida» em que aquelas se incluíam (7).

Do destino dado às pedras da cascata nada se sabe. A confiarmos no testemunho de Jesuíno Ganhado terão sido utilizadas na construção das sarjetas da Cidade (8). A demolição do Passeio Público deu lugar à construção da Avenida. Como atrás referimos, o projecto previu, desde muito cedo, que a nova artéria principiaria por uma praça. Segundo alguns historiadores a ideia ter-se-ia baseado na Praça da Concórdia dos Champs Elisées de Paris.

Daí, a escolha do local para erguer o obelisco dos Restauradores.

## 2. A Praça dos Restauradores - cem anos de história



*A Praça dos Restauradores nos primeiros anos do Séc. XX.*

• • • •

Ainda hoje a Praça dos Restauradores nos aparece como um prolongamento natural da Avenida da Liberdade.

Este facto era muito mais notório no século passado quando as placas arborizadas do «boulevard» se entendiam pela Praça.

Quando as «charrettes» subiam e desciam a Avenida, o Monumento dos Restauradores era, ainda, ladeado por quatro largas placas repletas de vegetação. Formava-se, assim, à volta do obelisco uma pequena Rotunda que nos anos imediatos à sua inauguração se destinou apenas à circulação de peões. Não faltavam os tradicionais quiosques e os bancos ali colocados permitiam gozar o aprazível arvoredado.

No dealbar do nosso século, porém, tudo se transformou: a construção da Avenida e o desenvolvimento da Cidade para Norte ligaram a velha urbe às povoações da sua periferia. Este facto teve como consequência o desenvolvimento dos transportes e não tardou que a Cidade se visse coberta por inúmeras redes de «tramway» da Carris que lhe iam alterando a imagem. Em 1905, obteve a companhia autorização da Câmara para instalar nos Restauradores o terminal da sua carreira de eléctricos até Benfica.

Desapareceram, então, as placas arborizadas substituídas por passeios, artisticamente empedrados com o tradicional mosaico português.

À volta do Monumento foi também executado um empedrado de grande beleza.

Com a retirada do arvoredado a Praça apresentou-se então, como um grandioso espaço aberto com o seu piso repleto de carris. Em 1927, segundo informa Eduardo Martins Bairrada, no seu livro «Empedrados Artísticos», houve ideia de construir placas com um empedrado

alusivo à Restauração de 1640, mas o projecto não foi avante.

O aumento substancial do tráfego, verificado a partir dos anos 40, e a introdução das carreiras de autocarros levaram a Câmara a permitir, de forma algo anárquica, a instalação de áreas de estacionamento em volta do Monumento, enchendo-se a Praça de viaturas que lhe alteraram um pouco a fisionomia.

Nos finais dos anos 50 ela tomava um novo aspecto, em consequência das obras do Metropolitano. Do lado ocidental, abriu-se um enorme «buraco» para permitir a construção das galerias e estação que, na 1.<sup>a</sup> fase de funcionamento do Metropolitano, seria o terminal da linha construída, Sete-Rios/Restauradores.

Quando as obras se concluíram tudo se modificou: desapareceram os passeios empedrados, e, em seu lugar, construiu-se uma comprida e estreita placa que servia, simultaneamente, de passeio e de estacionamento.

No lado oriental, subsistiram ainda por alguns anos as placas empedradas. Mas, em Abril de 1971, o Município iniciou no local a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Inaugurado em Dezembro de 1972, possui este dois pisos e encontra-se ligado com a estação do Metropolitano que lhe fica contígua.

A construção deste parque permitiu libertar, à superfície, todo o espaço central da Praça. Decidiu, então, a Câmara ali colocar uma nova placa onde se repusesse o tradicional empedrado. Não o antigo modelo, mas um novo, elaborado a partir do desenho de João Abel Manta, vencedor do concurso público aberto para o efeito.

A sua concretização valorizou amplamente o Monumento, pois, a retirada do estacionamento permite uma visualização do obelisco, em toda a sua grandeza, de todos os ângulos da Praça.

Mas, o antigo empedrado não se perdeu totalmente. Os seus modelos foram utilizados, recentemente, na reposição dos passeios artísticos em volta do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade.

Se subir a Avenida da Liberdade, detenha-se um pouco na sua sala de visitas a que chamaram Praça dos Restauradores.

Em 1886, aquando da inauguração do Monumento aos Restauradores o espaço que o circundava apresentava já a configuração da nova Praça.

No decorrer de um século de existência, gerações de Lisboa ali viram aparecer e desaparecer, teatros, garagens, restaurantes e clubes, concorridas pastelarias e mesmo os primeiros cinemas da Capital.

Dos edifícios já construídos à data da inauguração do obelisco salientam-se dois: o Palácio Castelo-Melhor (Palácio Foz), ocupando toda a face Ocidental, e o

Palácio Anjos (edifício C.T.T.).



*O Palácio Foz no início do séc. XX.*

• • • •

O primeiro, embora com diversas modificações, chegou até aos nossos dias, como um verdadeiro ex-libris da Praça. Deve a sua edificação aos Marqueses de Castelo-Melhor, cuja residência ruiu no terramoto de 1775. A nova residência, sobranceira ao Passeio Público, foi edificada a partir de 1777, sob o risco do arquitecto italiano Fabri. Falecido este, em 1801, o seu projecto foi executado e terminado em 1811.

Em 1889, porém, o edifício foi vendido. Adquiriu-o o Marquês da Foz que, sob projecto do arquitecto José António Gaspar e do decorador Leandro Braga, lhe introduziu importantes modificações. Procedeu-se, então, ao alteamento da fachada, construindo-se uma mansarda e, sobre os dois grandes pórticos, duas balaustradas com esculturas de Simões de Almeida. Os seus salões foram luxuosamente decorados em estilo francês. Algumas paredes receberam magníficos azulejos trazidos da antiga Fábrica da Pólvora. Desde 1858, existia na esquina com a Calçada da Glória, a Capela de Nossa Senhora da Pureza. Era uma pequena capela do Palácio dos Castelo-Melhor em que o Marquês da Foz introduziu importantes melhoramentos.

Em 1901, quando por decadência da casa Foz o Marquês vendeu o Palácio o novo proprietário, Manuel da Silva (9), demoliu a capela. Salvou-se unicamente a imagem de Nossa Senhora da Pureza, transportada, a 5 de Fevereiro de 1902, para propriedade dos Castelo-Melhor, à Costa do Castelo. Hoje está na posse do Município de Lisboa que adquiriu aquela propriedade denominada Palácio da Rosa.

No local da antiga capela, em 1907, o empresário Raul

Lopes inaugurou o Salão Foz, um dos primeiros salões cinematográficos da Capital. Vendeu-o, no ano seguinte, para abrir no mesmo local, o famoso Salão Central. O Salão Foz ardeu no dia 29 de Janeiro de 1929 e o incêndio pôs em grande risco o Palácio. Em 1908, José Nunes Erára inaugurou, no primeiro andar do edifício, o Clube Restaurante Maxime's, também conhecido por Clube dos Restauradores, que ali existiu até finais dos anos 30. O Palácio, hipotecado, foi adquirido pelo Conde de Sucena, em 1914.

A fachada do primeiro piso sofreu profundas alterações, de acordo com o polémico projecto do arquitecto Resende Carvalheira, quando, em 1916, ali se instalou o Café-Restaurante Abadia. Esta decoração arte-nova resistiu até aos anos 30, podendo-se ver em fotografias de época a enquadrar a entrada da Pastelaria Foz, um elegante salão de chá, importante ponto de encontro da Lisboa dos anos 20.

No passeio que lhe ficava defronte existiu um magnífico empedrado, também arte-nova, datado de 1916, relativo àquela Pastelaria e que, embora já desaparecido, se pode admirar no projecto existente na colecção de empedrados do Arquivo Municipal (10).

Mas tudo isto desapareceu quando, em 1935, o Estado decidiu fazer no Palácio amplas obras de restauro para nele instalar o Secretariado da Propaganda Nacional criado, em 1933, por António Ferro.

Entre 1935 e 1948, o edifício sofreu importantes remodelações no interior e na fachada que retomou um pouco da traça oitocentista da mansão dos Marqueses da Foz.

Os antigos salões transformaram-se em amplas salas de exposições onde, nos anos 40, se realizam as célebres exposições de arte moderna promovidas pelo então Secretariado Nacional de Informação (S.N.I.).

Extinto o S.N.I., em 1974, ali passou a funcionar a Secretaria de Estado da Comunicação Social, para além de outros serviços governamentais da área do Turismo. Nos jardins da antiga residência palaciana, em 1902, projectou Mimon Anahory a construção de um teatro ao ar livre (11), mas, em 1906, no lugar das cavalariças dos Castelo-Melhor construiu-se a Garagem Beauvalet. Era um enorme hangar em ferro que o comerciante Albert Beauvalet mandara erguer sobre a galeria dos jardins, sobranceira à Praça dos Restauradores. Destinava-se ao comércio de automóveis, mas durou apenas três anos. Em 1909, o comerciante Beauvalet transferiu o seu estabelecimento para os baixos da Avenida Palace. A antiga garagem transformou-se, então, em teatro de Variedades que também não durou muito tempo, pois, em 1914 iniciou-se a construção do primeiro Eden-Teatro. Edificado por iniciativa de Luís Galhardo, inaugurou-se com a opereta «O burro do Sr. Alcaide», de Gervásio Lobato, e nela se apresentaram nomes como Palmira Bastos, José Ricardo e Ângela Pinto.

Apesar de se tratar de uma bonita construção, não

resistiu às condenações que lhe foram impostas pela Direcção-Geral de Espectáculos, segundo cremos, por motivos de segurança. A sua demolição ocorreu em 1930. Pouco tempo depois iniciou o 2.º Conde de Sucena, proprietário de todo o quarteirão, a edificação de uma nova sala de espectáculos, hipotecando para tal as suas propriedades. Dificuldades de vária ordem fizeram arrastar a construção por sete anos, demora que levou o Conde de Sucena à ruína, mas não impediu que o novo Eden se erguesse (12).

O edifício conheceu três projectos, dois assinados pelo arquitecto Cassiano Branco e o terceiro por Carlos Dias que viria, aliás, a ser o projecto executado. Apesar de subsistirem dúvidas, é convicção de muitos investigadores que também este se deve a Cassiano Branco que, por qualquer razão, viria a abandonar a obra, sendo, então, esta terminada, com algumas alterações, pelo arquitecto Carlos Dias.

Esta nova sala inaugurou-se, no dia 1 de Abril de 1937, com a peça «Bocage», cujos principais papéis estiveram a cargo de Estêvão Amarante e Emília das Neves. Mas a crise do teatro nos anos 40 levou o Eden, como muitos dos seus congéneres, a mudar de rumo.

Pouco tempo depois de inaugurado, o Eden-Teatro passou a Eden-Cinema.

No piso térreo, junto ao corredor que o separa do Palácio Foz, funcionou, durante vários anos, o cinema Restauradores, salão de sessões cinematográficas. Esta sala e a livraria Clássica-Editora que existiam já no primeiro Eden resistiram à sua demolição. Reabriram as suas portas no novo edifício, tendo o cinema desaparecido nos finais dos anos 30.

No corredor que atrás mencionámos existiu durante vários anos uma esquadra, depois transferida para a Praça da Alegria. Por ali se fez, também, o acesso ao Anuário Comercial Português que, desde o início do século até aos finais da década de 1930, esteve instalado no Palácio Foz.

Depois de construído o Teatro, este espaço ficou a dar-lhe serventia, como ainda hoje acontece.

Ainda na face Ocidental da Praça, entre o Eden e o Hotel Palace, existe um prédio sem grande nota de realce. Mais não é, com efeito, do que um bloco com janelas onde se alojam inúmeros escritórios de diversas empresas. Uma autêntica «vila», como lhe chamou Norberto Araújo nas suas «Peregrinações». Não fosse o emaranhado publicitário dos seus estabelecimentos comerciais a dar um toque colorido aquele local, este canto da Praça não seria notado. Neste mesmo local existiu, em tempos, o Circo Whyttoyne. Inaugurado em 1875, era propriedade do conhecido palhaço Henry Whyttoyne, animador das sessões dos circos Price e Salitre. O circo ardeu, em 1881, e foi transformado em coliseu de recreios. Desapareceu, definitivamente, em 1887, a fim de dar passagem ao caminho de ferro e permitir a construção da Gare do Rossio. Descrita a face Ocidental da Praça dos

Restauradores passamos à face Sul. Pouco edificada, já que é ocupada na sua maioria pelo começo da Rua 1.º de Dezembro e pela muralha da Rua do Jardim do Regedor. O único edifício construído deste lado é o Hotel Avenida Palace. Datado de 1891, é projecto do arquitecto José Luís Monteiro. A sua construção precedeu em um ano a da sua vizinha Estação Central também traço do mestre Monteiro. Inicialmente, destinava-se a dar apoio à estação como restaurante e hotel, o que, no entanto, não veio a acontecer. Propriedade da Companhia Portuguesa de Wagons-Lits foi adquirido, nos finais do século passado, pela Companhia Portuguesa de Hotéis, também proprietária do extinto Hotel Inglaterra que lhe ficava defronte.

Em 1910 o edifício foi ampliado, construindo-se, então, a mansarda. Esta alteração verificou-se de uma forma cuidada, pelo que não desequilibrou muito o edifício. Até 1912 o acesso ao hotel fazia-se pela Praça dos Restauradores. Uma passagem entre as colunas da fachada dava acesso a um pátio interior. Quando a passagem se fechou o acesso do edifício passou a fazer-se, como ainda hoje, pelo pequeno pátio que o separa da gare do Rossio, isto é, pela Rua 1.º de Dezembro.

Do lado oposto ao Hotel Avenida Palace, situa-se a rua do Jardim do Regedor. Esta velha artéria encontra-se num plano desnivelado em relação à Praça dos Restauradores, como, aliás, já acontecia com o antigo largo do Passeio Público. Por tal motivo ali construiu a Câmara, em 1863, uma muralha de suporte.

Em 1922, esta propriedade municipal foi alugada ao comerciante José Augusto que encomendou ao Arq.º João Antunes um projecto para o aproveitamento da muralha (13).

Decidiu-se, então, construir um pavilhão sobre aquela, intenção que o Arq.º João Antunes materializou, apresentando um magnífico projecto.

Este previa, para além da construção, o aproveitamento interior da muralha, construindo-se uma sala que, de início, se encontrava ligada ao piso superior por uma escada interna.

Esta propriedade municipal, vulgarmente conhecida por Quiosque dos Restauradores, está actualmente ocupada pela Agência de Bilhetes para Espectáculos Públicos (ABEP) que a explora desde 1962, ano em que a Sociedade Avenida Café Lda. ali deixou de funcionar. Quando este aluguer se efectuou foi retirada a escada interna, ficando este espaço transformado em duas propriedades distintas reservando a Câmara para si o piso inferior, onde instalou um posto de Turismo.



*O Pavilhão dos Restauradores, vulgarmente designado por "Quiosque dos Restauradores" (Agência ABEP), em 1967.*



Destina-se à venda de bilhetes para espectáculos pelo que se encontra rodeada de toldos e cartazes que lhe retiram a imagem da sua bonita decoração. Uma situação «quiçá» a rever pelo Município.

De referir ainda que esta construção foi a primeira efectuada, em Portugal, em betão armado, juntamente com o do Teatro Ginásio, aliás da mesma autoria e época.

No pináculo de remate da muralha existiu até à década de 1940 um bonito candeeiro, desenhado pelo Arq.º Alexandre Soares. Em 1942, a pretexto de que o referido candeeiro já não era funcional, os serviços municipais mandaram-no retirar, desconhecendo-se o destino que lhe terão dado. Tratava-se de uma excelente obra em ferro e, pena é que ela já não exista, pois, poder-se-ia repor no seu local original.

A face Oriental da Praça é constituída por dois quarteirões de prédios. O primeiro situado entre a Rua do Jardim do Regedor e a travessa de Santo Antão, não

merece grande nota de referência, a não ser a de que as suas edificações necessitam urgente limpeza.

O segundo bloco merece-nos já alguma atenção. No espaço por ele ocupado foi, até ao terramoto de 1755, o Palácio dos Condes da Ericeira.

Tornejando com a travessa de Santo Antão, encontramos o edifício dos Correios. Quem contemplar a sua fachada ainda pode imaginar traços da antiga residência da família Anjos, sua antecessora.

Em 1938, o antigo Palácio desta família de industriais e comerciantes foi adquirido pelo Estado que nele instalou a sede da Companhia de Telégrafos e Telefones (C.T.T.) Mandou proceder, então, a diversas alterações de que se destaca o alteamento da fachada, projecto do arquitecto Adelino Nunes. De notar ainda o painel de azulejos que decora o átrio. É uma representação da mala-posta e deve-se a mestre Almada Negreiros.

O prédio n.º 47 tornou-se há cerca de 40 anos bastante movimentado, quando, em 1947, a firma Indústrias Reunidas de Bolachas e Confeitarias ali inaugurou a Pastelaria Riviera. Era um amplo salão de chá, muito concorrido e cuja decoração se deve ao arquitecto Raul Tojal.

Quem dedicar algum tempo aos projectos verificará a semelhança entre este estabelecimento e o Café Paladium que lhe ficava quase defronte. Também este é obra do mesmo arquitecto e data de 1932.

A Pastelaria Riviera encerrou em 1957. No seu lugar instalou-se um novo estabelecimento e os seus proprietários introduziram importantes alterações na fachada, entregando o projecto ao arquitecto Manuel Tojal.

Não poderíamos terminar esta viagem à volta da Praça dos Restauradores sem falar do edifício número 37. É o último prédio e remata a Praça de uma forma elegante. A sua construção data de 1909-1910 e substituiu um outro que ali se achava edificado. Conheceu dois projectos ambos do arquitecto Francisco Vilaça. No segundo o seu autor introduziu-lhe o decorativo cunhal que faz o torneamento com a Rua dos Condes e que dá ao edifício uma imagem muito curiosa, realçada recentemente com o restauro de que foi alvo.

### 3. O Monumento aos Restauradores de 1640



*Praça dos Restauradores.*

A iniciativa da erecção de um monumento à memória dos Restauradores da Independência coube à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640.

O seu primeiro manifesto data de 25 de Agosto de 1861, e nele se delineavam as intenções e objectivos deste grupo de cidadãos (14).

Manifestava-se assim o propósito da Comissão em homenagear os heróis da Restauração de 1640 e, nomeadamente, erguer um monumento que perpetuasse a memória destes patrióticos portugueses.

A ideia original era levantar um pequeno padrão comemorativo no largo fronteiro ao Palácio dos Condes de Almada para o que se chegou mesmo a preparar o terreno.

Razões diversas fizeram abortar o propósito (15).

Uma circular da Comissão, datada de 30 de Setembro de 1861, confirmo-no-lo, quando no programa das comemorações do 1.º de Dezembro daquele ano nos diz: «- Que nesse dia, e na frente do Palácio dos Condes de Almada, onde se reuniram os conspiradores se levante um padrão em que se gravem e perpetuem os seus nomes... »

A morte de D. Pedro V, em Novembro de 1861, adiou as festividades.

No ano seguinte as comemorações tiveram lugar, mas do monumento não mais se falou.

Entre 1862 e 1864 a Comissão interrompeu o seu

trabalho. Neste último ano, no entanto, retomou e a ideia da colocação do obelisco.

Em 1871, o Dr. Francisco Manuel Mendonça (Barão de Mendonça) que exercia simultaneamente os cargos de Presidente da Comissão Central e de Vereador da Câmara Municipal, informou aquela de que o Município, decidira mandar ajardinar o largo fronteiro ao Palácio Almada para ali se colocar o monumento.

Em Setembro daquele ano, em sessão da Comissão declarou o Comendador Francisco da Fonseca que possuía um esboço do monumento que encomendara a um seu amigo. A Comissão, depois de o apreciar, concordou, que após a apresentação daquele projecto, nada impedia que a obra tivesse o seu início. Em Novembro de 1871, começou o nivelamento do largo, mas, logo a 14, decidiu-se adiar os trabalhos.

Pensou-se, então, que seria possível incorporar no Monumento monólito de Montes-Claros, o que a efectivar-se lhe aumentaria a altura e, assim sendo, tornaria acanhado o espaço inicialmente previsto para a sua colocação. Começou-se, então, a pensar noutro local, decidindo-se que no Palácio Almada se colocaria apenas uma lápide comemorativa do feito de 1640. Autorizada inicialmente pelos Condes de Almada, retiraram estes posteriormente o seu «agrément», por razões que continuam pouco esclarecidas. Por isso a referida lápide não foi colocado.

Mas voltemos ao Monumento.

Em 1873, como vimos, encontrava-se este sem localização designada.

Porém, à margem deste contratempo ia decorrendo, com grande aceitação a subscrição pública, nomeadamente no Brasil, de onde chegavam avultadas quantias. Em Portugal, a subcomissão que, sob a presidência do Marquês de Sá da Bandeira, se encarregara da tarefa, ia também desenvolvendo a sua acção por todo o País. Na sessão da Comissão de 13 de Outubro de 1875, tratou-se do local do obelisco.

Ficou, então, decidido que o espaço mais indicado para se erguer o monumento era o largo sul do Passeio Público, onde, de acordo com o projecto do «boulevard», se antevia a construção de uma praça.

Em sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia seguinte, 14 de Outubro, a edilidade recebeu da Comissão a proposta aprovada no dia anterior.

Declarou, então, o presidente que a Câmara não só concordava com o local, como prometia todo o apoio à Comissão no seu patriótico propósito.

Assim, e apesar da discordância da Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital que entendia como locais mais apropriados o largo D. Luís I ou o Campo de Santa Ana, a proposta da Comissão foi aprovada, e assim,

marcou-se para o dia 1 de Dezembro de 1875 o lançamento da 1.ª pedra.

Na data aprazada tudo decorreu conforme o determinara a Comissão. À cerimónia compareceram muitas altas individualidades, além, naturalmente, do Rei D. Luís e da família real.

A pedra fundamental foi transportada numa padiola pelo Marquês de Penalva, pelo Visconde de Sagres, por Fernando Teles da Silva e pelo presidente da Câmara de Lisboa, conforme consta do respectivo auto. Deste, encerrado num cofre de ouro que se colocou nos caboucos, tiraram-se duas cópias: uma para o Governo e outra para a Câmara Municipal de Lisboa (1).

Estava, assim, concluída a primeira fase desta epopeia. Mas a fase que se seguiu não foi menos atribulada que a primeira.

Dos candidatos aos dois concursos públicos abertos pela Comissão para a apresentação de projectos nenhum logrou satisfazer as condições de qualidade exigidas.

Esgotada, assim, esta modalidade, decidiu-se entregar a elaboração do projecto final ao professor de Belas-Artes, António Tomás da Fonseca.

Na sua sessão de 7 de Julho de 1877, a Comissão aprovou não só o trabalho apresentado por Tomás da Fonseca, mas também a entrega da empreitada de construção a Sérgio Augusto de Barros pelo preço de vinte e cinco contos de réis.

Em finais de 1881, o Monumento encontrava-se praticamente pronto. Faltavam-lhe apenas as duas estátuas alegóricas que ornaram as faces Norte e Sul do obelisco que se concluíam, por oferta do Governo, no Arsenal do Exército.

Na sessão de 4 de Novembro de 1882, como as estátuas estivessem quase prontas, a Comissão decidiu marcar a inauguração do Monumento. Escolheu para tal o dia 13 de Fevereiro de 1883, aniversário do tratado de paz com a Espanha.

Estrondosamente saudada pela Imprensa a festa não viria, porém, a efectuar-se.

A visita dos Reis portugueses ao país vizinho e o atraso da Câmara nas obras de embelezamento em volta do monumento foram as principais razões do adiamento. A Câmara, no entanto, fazia o que podia. É que o aformosamento da praça implicava o apeamento das grades do Passeio. Mas tal decisão teve forte oposição na opinião pública e alguma hesitação interna. O Município decidiu, entretanto, oferecer à Comissão os oito candeeiros que deveriam circundar o Monumento, adjudicados por dois contos de réis à Empresa Industrial Portuguesa.

Em 1883, o Monumento ficou finalmente concluído. A 16 de Agosto, foram colocadas as estátuas, nada impedindo, portanto, a inauguração, exceptuando a indecisão que continuava a reinar na Câmara. Além disso, entendeu o Município exigir a colocação de uma grade em redor do Monumento. Com alguma dificuldade foi a mesma

conseguida com a ajuda do Governo.

Em sessão de 30 de Agosto de 1884, marcou-se nova data para a cerimónia. Desta vez a escolha recaiu sobre o dia 20 de Março de 1885, nomeando-se uma subcomissão para preparar os festejos.

Desconhecemos as razões, mas a verdade é que aqueles só viriam a realizar-se quase um ano depois, a 28 de Abril de 1886.

O «Diário do Governo» n.º 92 de 27 de Abril de 1886, inseria, finalmente o decreto que determinava a data da inauguração do Monumento. Aprovava também o programa das cerimónias constituído por uma a realizar-se na Praça dos Restauradores e outras no Teatro D. Maria II.

Tudo decorreu conforme o programado.

Às quatro horas da tarde de 28 de Abril, chegou à Praça dos Restauradores a família Real. Recebeu-a o Cardeal-Patriarca de Lisboa, o ministério (16), a Câmara Municipal de Lisboa e a Comissão Central do 1.º de Dezembro, Além da corte e demais individualidades. Depois das recepções, a Comissão Central do 1.º de Dezembro apresentou o autor do obelisco, Tomás da Fonseca, e as duas estátuas alegóricas, Simões de Almeida e Alberto Nunes.

Findos os discursos, procedeu-se ao descerramento do Monumento, tendo o Rei D. Luís desvelado a estátua da Independência e o Príncipe Real D. Carlos a da Victória. Terminada a cerimónia a Família Real dirigiu-se para a tribuna que a Câmara Municipal mandara levantar junto ao Monumento. Ali, procedeu-se à assinatura do auto de inauguração de cujo original, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se tiraram duas cópias: uma para a Comissão e outra para a Câmara Municipal de Lisboa.

Logo após a inauguração do Monumento, uma bateria estacionada na Praça do Comércio fez soar uma salva de 21 tiros, no que foi correspondida pelas fortalezas e navios do Tejo.

À noite, para além das iluminações que se fizeram no Monumento, no Palácio dos Condes de Almada e no Teatro D. Maria II, houve, neste último, a representação do drama «Os Portugueses de 1640», oferecido à Comissão pelo seu vogal Miguel Osório Cabral, a que assistiram diversas individualidades convidadas. Estava inaugurado o Monumento aos Restauradores da Independência de 1640.

O Monumento



*Monumento aos Restauradores, revista Ocidente, 1886.*

• • • •

O Monumento, projecto de António Tomás da Fonseca, é constituído de envasamento quadrangular com os

cantos salientes, decorado com pilastras e coroas; assenta em dois degraus e tem quatro faces cortadas ao centro por festões de louro e hera.

O pedestal é ornado com duas estátuas: na face Sul o «Génio da Independência», obra do escultor Alberto Nunes, e na face Norte a «Victório», escultura de Simões de Almeida. As faces laterais são ornadas com troféus de armas. Em todas as quatro faces foram esculpidas as datas mais gloriosas da Restauração de 1640.

Sobre o pedestal assenta o ótico, em cujas quatro faces se vêm também algumas datas de vários feitos históricos. Daí nasce o obelisco que na face Norte tem o escudo do Município de Lisboa e na do Sul as armas nacionais. Na face inferior do envasamento, do lado Sul, foi posta a dedicatória do Monumento pela Comissão Central 1.º de Dezembro.

A altura total do Monumento é de quase 30 metros. A sua concepção e construção couberam inteiramente a artistas e artífices portugueses. O seu custo foi de 45 contos de réis. As estátuas foram oferecidas pelo Governo, bem como a grade resguardo. A Câmara de Lisboa colaborou de diversas formas, nomeadamente, com o transporte para os materiais, além da oferta dos oito candeeiros colocados em volta do monumento. Nas festas de inauguração dispenderam-se cerca de 3 mil réis.

#### Notas:

- (1) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. X, Lisboa 1888, p. 144.
- (2) O Município recebeu diversos abaixo-assinados. De todos o de maior significado possuía cerca de 2000 assinaturas e de entre elas, a de Alexandre Herculano.
- (3) Os Gatos, Fialho de Almeida.
- (4) Muito do dinheiro empregue na obra foi proveniente da venda de materiais demolidos do Passeio Público.
- (5) Jesuíno Ganhado, «O Passeio Público», *Revista Municipal*, Lisboa (30-31), 3.º-4.º trimestre, 1946, pp. 29-30.
- (6) Existe no Arquivo Municipal um levantamento da cascata com todas as pedras devidamente numeradas.
- (7) Parecer n.º 1385 da Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital. 4 de Agosto de 1884, *Arquivo Municipal*, 1884, p. 550.
- (8) Jesuíno Ganhado, «O Passeio Público», *Revista Municipal*, Lisboa (30-31), 3.º-4.º trimestre, 1946, pp. 29-30.
- (9) Proprietário do *Anuário Comercial Português*.
- (10) Coleção de desenhos de empedrados, n.º 40.
- (11) Este projecto consta do processo do edifício e por ser aguarelado tem grande interesse artístico.
- (12) O Conde de Sucena era grande proprietário, quer na Praça dos Restauradores, quer na Avenida. Como não pode satisfazer os seus compromissos com a Caixa Geral de Depósitos, esta procedeu ao leilão daquelas propriedades o que deixou o Conde de Sucena praticamente arruinado.
- (13) O Arquitecto João Antunes foi, desde 1918 até à sua aposentação, funcionário Municipal.
- (14) O manifesto aprovado na sessão da Comissão realizada nos Paços do Concelho de Lisboa era assinado entre outros por Alexandre Herculano, Anselmo Braancamp Freire, Condes de Almada, etc.
- (15) Muitos autores defendem que tal facto se ficou a dever a uma contenda entre a Comissão e os Condes de Almada. Pensamos, porém, que tal se ficou a dever às alterações introduzidas ao 1.º projecto. As contendas a existirem terão aparecido mais tarde.
- (16) O ministério era chefiado pelo Progressista José Luciano de Castro.

\* Artigo publicado no catálogo da Exposição Comemorativa dos 100 Anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886-1986), organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e ocorrida no Palácio Galveias em Dezembro de 1986.